

**Políticas públicas em saúde, violência, educação e assistência social para pessoas idosas  
no Brasil: revisão de escopo**

**Public policies on health, violence, education and social assistance for elderly people in  
Brazil: scoping review**

**Políticas públicas sobre salud, violencia, educación y asistencia social para personas  
mayores en Brasil: revisión del alcance**

Recebido: 21/06/2020 | Revisado: 23/06/2020 | Aceito: 30/06/2020 | Publicado: 12/07/2020

**Gislaine Cristina Vagetti**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0704-1297>

Universidade Estadual do Paraná, Brasil

E-mail: [gislainevagetti@hotmail.com](mailto:gislainevagetti@hotmail.com)

**Crismarie Casper Hackenberg**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3838-0769>

Universidade Federal do Paraná, Brasil

E-mail: [crismarie@rioacappella.com.br](mailto:crismarie@rioacappella.com.br)

**Gerson Flores-Gomes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3686-7207>

Universidade Federal do Paraná, Brasil

E-mail: [ggomes.ufpr@gmail.com](mailto:ggomes.ufpr@gmail.com)

**Mariana Lacerda Arruda**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1996-9490>

Universidade Federal do Paraná, Brasil

E-mail: [marianalarruda@gmail.com](mailto:marianalarruda@gmail.com)

**Sheila Maria Ogasavara Beggiano**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5207-3362>

Universidade Federal do Paraná, Brasil

E-mail: [sheilabeggiano@gmail.com](mailto:sheilabeggiano@gmail.com)

**Valdomiro de Oliveira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8709-8471>

Universidade Federal do Paraná, Brasil

E-mail: [oliveirav457@gmail.com](mailto:oliveirav457@gmail.com)

## Resumo

**Objetivo:** Caracterizar a produção científica do conhecimento sobre políticas públicas para idosos no Brasil nas áreas da saúde, violência, educação e assistência/participação social.

**Método:** scoping review, com busca nas bases de dados da BVS, CAPES, ERIC, PubMed, Redalyc e Scielo, a partir de 2003, criação do Estatuto do Idoso. Considerando os descritores 'public policy', 'elderly', 'aged', 'older adults', e seus correspondentes na língua portuguesa e espanhola, usando os operadores booleanos 'AND' e 'OR'. **Resultados:** A busca resultou na seleção de 21 artigos direcionados à pessoa idosa no Brasil. Os artigos apresentaram publicações de políticas públicas com metodologias pouco empíricas e muitas pesquisas bibliográficas. O Estatuto do Idoso e a Constituição Federal são os documentos legais mais utilizados em estudos das políticas públicas. As áreas da saúde, violência e assistência social apresentam políticas exclusivas para idosos, diferente da área da educação. **Conclusão:** foram identificadas diferentes documentações legais para cada área. Constatou falta de homogeneidade nos aspectos metodológicos dos estudos. Esta revisão pode fortalecer os estudos sobre políticas públicas para idosos no Brasil, norteando as determinações legais de quatro áreas: saúde, violência, educação e assistência/participação social.

**Palavras-chave:** Política pública; Idosos; Brasil; Legislação.

## Abstract

**Objective:** To characterize the scientific production of knowledge about public policies for the elderly in Brazil in the areas of health, violence, education and social assistance/participation. **Method:** scoping review, searching the databases of the VHL, CAPES, ERIC, PubMed, Redalyc and Scielo, since 2003, creation of the Elderly Statute, considering the descriptors 'public policy', 'elderly', 'aged', 'older adults', and their correspondents in Portuguese and Spanish, using the Boolean operators 'AND' and 'OR'.

**Results:** The search resulted in the selection of 21 articles aimed at the elderly in Brazil. The articles presented publications of public policies with little empirical methodologies and a lot of bibliographic research. The Elderly Statute and the Federal Constitution are the most commonly used legal documents in public policy studies. The areas of health, violence and social assistance have exclusive policies for the elderly, unlike the area of education.

**Conclusion:** The scoping review identified different legal documentation for each area. It found a lack of homogeneity in the methodological aspects of the studies. This review can strengthen the studies on public policies for the elderly in Brazil, guiding the legal determinations of four areas: health, violence, education and social assistance / participation.

**Keywords:** Public Policy; Aged; Brazil; Legislation.

## Resumen

**Objetivo:** caracterizar la producción científica de conocimiento sobre políticas públicas para personas mayores en Brasil en las áreas de salud, violencia, educación y asistencia / participación social. **Método:** revisión de alcance, búsqueda en las bases de datos VHL, CAPES, ERIC, PubMed, Redalyc y Scielo, a partir de 2003, creando el Estatuto de Ancianos. Teniendo en cuenta los descriptores ‘política pública’, ‘ancianos’, ‘ancianos’, ‘adultos mayores’ y sus contrapartes en portugués y español, utilizando los operadores booleanos ‘Y’ y ‘O’. **Resultados:** La búsqueda resultó en la selección de 21 artículos dirigidos a personas mayores en Brasil. Los artículos presentaron publicaciones de políticas públicas con pocas metodologías empíricas y mucha investigación bibliográfica. El Estatuto de los Ancianos y la Constitución Federal son los documentos legales más utilizados en los estudios de políticas públicas. Las áreas de salud, violencia y asistencia social tienen políticas exclusivas para las personas mayores, a diferencia del área de educación. **Conclusión:** se identificó diferente documentación legal para cada área. Encontró una falta de homogeneidad en los aspectos metodológicos de los estudios. Esta revisión puede fortalecer los estudios sobre políticas públicas para personas mayores en Brasil, guiando las determinaciones legales de cuatro áreas: salud, violencia, educación y asistencia / participación social.

**Palabras clave:** Política pública; Mayores; Brasil; Legislación.

## 1. Introdução

O processo de envelhecimento acelerado apresentado em números pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), amplamente discutido no Brasil, é afetado por mudanças no perfil demográfico e epidemiológico da população de idosos de forma bastante acelerada. Segundo a OMS e o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2013) são consideradas idosas pessoas as com idade igual ou superior a sessenta anos nos países em desenvolvimento. A partir dessa realidade, percebeu-se uma necessidade de políticas públicas para atender a demanda dessa população, mas não somente políticas de saúde, mas de outras que possam contribuir para a qualidade de vida destas pessoas, assegurando-lhes um ‘envelhecimento ativo’ (Mota Campos, Aguiar, Ribeiro, Martins, & Gomide Souza Pinto, 2020).

De acordo com a Organização das Nações Unidas, o termo ativo refere-se “a

participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis e não somente a capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho” (WHO, 2005, p.13). Desde o Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento (ONU, 1982), já era possível identificar a preocupação com a intersectorialidade nas políticas para o envelhecimento, pois havia recomendações de desenvolvimento em sete áreas: saúde e nutrição, proteção ao consumidor idoso, moradia e meio ambiente, família, bem-estar social, previdência social e trabalho e educação (Camarano & Pasinato, 2004).

O país foi muito impactado pelas ideias do Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (Romero, Pires, Marques, & Muzy, 2019), quando um conjunto de políticas foi adotada marcando o compromisso nacional com o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos, por intermédio do reconhecimento explícito do respeito às diversas idades (Andrade, Sena, Pinheiro, Meira, & Lira, 2013). Contudo, o Brasil começou a se preocupar efetivamente com essas questões após o período de redemocratização social e incorporação da Constituição Brasileira de 1988, sendo algumas leis implantadas na tentativa de suprir essas necessidades da tendência mundial e urgência nacional do envelhecimento (Andrade et al., 2013; Silva, Gomes, Freitas, França, & Oliveira, 2013).

Somente vinte anos depois de relançado o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento em Madrid (MIPAA) (ONU, 2002), em 2002, pela ONU, entra em vigor no Brasil, como consequência das diretrizes constitucionais e à necessidade de aprimorar a Política Nacional do Idoso, a Lei n.º 10.741 que aprova o Estatuto do Idoso, em 2003 (Mota et al., 2016). O Estatuto do Idoso foi muito inspirado no documento da MIPAA (Camarano & Pasinato, 2004; Mota et al., 2020; Moreira, Damasceno, Vieira, Campêlo, Campêlo, & Alencar, 2016).

O foco do programa das Nações Unidas para o envelhecimento, por meio do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DESA), encaminhava desde 2002 o desenvolvimento com urgência de três áreas prioritárias do Plano de Ação Internacional de Madrid para o Envelhecimento - MIPAA (ONU, 2002): pessoas idosas e desenvolvimento (temas: educação e assistência social/participação social); promoção da saúde e bem-estar na velhice (saúde); e criação de um ambiente de vida propício e favorável (violência contra o idoso).

As políticas públicas são ações que buscam assegurar direitos de cidadania, direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam pelo reconhecimento da sociedade e dos poderes públicos. Assim, esta pesquisa tem o objetivo de caracterizar a produção científica do conhecimento sobre políticas públicas para idosos no Brasil desde o Estatuto do Idoso,

observando a incidência de quatro áreas de estudo: violência, saúde, educação e assistência social/ participação social.

## 2. Metodologia

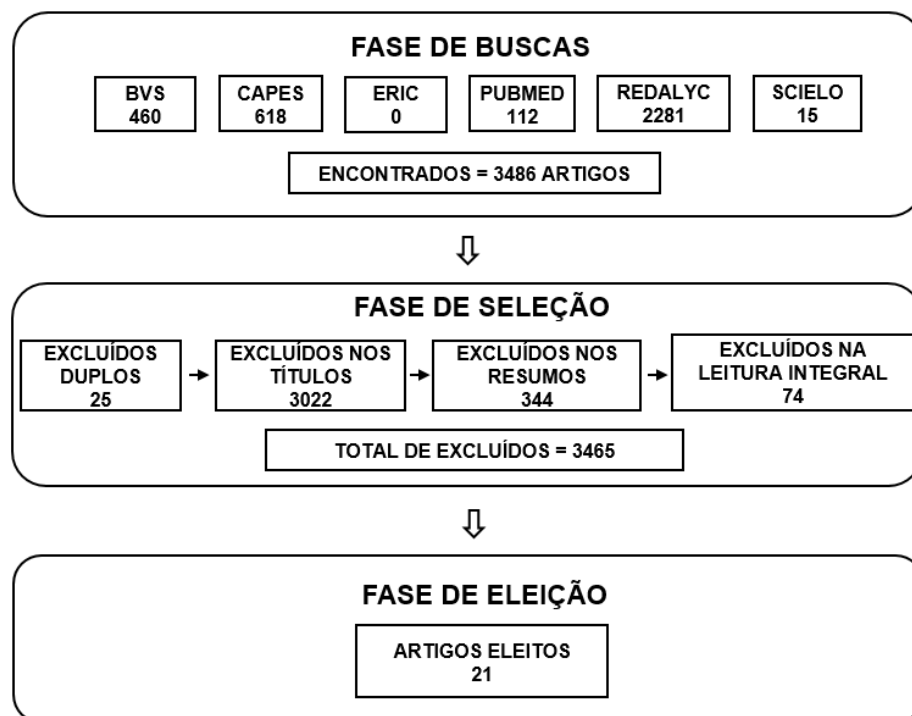
Trata-se de um estudo de *Scoping Review*, conforme o método de revisão proposto pelo Instituto Joanna Briggs (Aromataris & Munn, 2020). Este método permite identificar os tipos de evidências disponíveis em um determinado campo ou identificar as principais características ou fatores relacionados a um conceito. Para construção da pergunta de pesquisa, utilizou-se a estratégia *Population, Concept e Context* (PCC) para uma *scoping review*. Foram definidos: P - Estudos sobre Políticas Públicas; C - Idosos no Brasil C - Áreas de estudo: Saúde, Violência, Educação e Assistência/Participação Social. Com base nessas definições foram estabelecidas as perguntas norteadoras: 1) Quais artigos científicos sobre políticas públicas para idosos no Brasil, nas áreas da saúde, violência, educação e assistência/participação social, foram publicados? 2) Quais metodologias e objetivos foram observados nesses artigos? 3) Quais as documentações legais mencionadas nos artigos de cada área?

Para sistematizar a busca dos materiais, foram eleitas as bases de dados indexadas: Biblioteca Virtual em Saúde - BVS, Periódicos da Capes, *Education Resources Information Center* - Eric, *US National Library of Medicine* - PubMed, *Red de Revistas Científicas de America Latina y el Caribe, España y Portugal* - Redalyc e *Scientific Electronic Library Online* - Scielo, pesquisadas na semana de 12 a 18 de abril de 2020, considerando os descritores ‘*public policy*’, ‘*elderly*’, ‘*aged*’, ‘*older adults*’, e seus correspondentes na língua portuguesa e espanhola, usando os operadores booleanos ‘AND’ e ‘OR’. Foram considerados todos os tipos de documentos e de pesquisas.

Para os critérios de inclusão foram considerados estudos relacionados a políticas públicas para idosos no Brasil, a partir do ano de 2003, ano de publicação do Estatuto do Idoso. Foram excluídos os estudos anteriores a 2003, duplicidade em diferentes bases, estudos relacionados a morbidades ou comorbidades da população idosa, questões relacionadas às legislações anteriores ao ano de 2003, ainda que em vigor, estudos específicos para um determinado município, bem como estudos relacionados a programas não governamentais, elaborados por organizações não governamentais - ONG’s ou outros entes da sociedade.

Foram idealizadas três fases distintas para a meta de seleção de documentos: (1) a fase de busca, em que foram coletados os estudos nas bases indexadas, (2) a fase de seleção, que tem por objetivo filtrar os achados, considerando os critérios de inclusão e duplicidades apuradas e (3) a fase de eleição, e no qual são definidos os estudos para a composição dos quadros de análise (Figura 1).

**Figura 1** - Visualização das fases de buscas, seleção e eleição dos documentos.



Fonte: os autores (2020).

A divisão dos materiais para análise respeitou as quatro áreas de estudo: violência, saúde, educação e assistência social/participação social. Após processo de seleção, 21 estudos foram eleitos para análise (Tabela 1).

**Tabela 1** - Tabela de documentos eleitos por tema.

<b>Tema</b>	<b>Eleitos</b>
<b>Violência</b>	4
<b>Saúde</b>	5
<b>Educação</b>	4
<b>Assistência/ Participação Social</b>	8
<b>Total</b>	21

Fonte: os autores (2020).

A análise qualitativa dos artigos foi elaborada pela caracterização das publicações, sendo: título, autor/data; cidade/estado; objetivo; metodologia; documentos legais mencionados.

### **3. Resultados e Discussão**

A pesquisa analisou 21 artigos que foram organizados em: título, autor/data; cidade/estado; objetivo; metodologia, nos temas violência, saúde, educação e assistência social/participação social. (Quadro 1).

**Quadro 1** - Descrição dos artigos em sequência temática: violência, saúde, educação e assistência social/participação social.

Título	Autor e data	Cidade	Objetivo	Método
Diretrizes e indicadores de acompanhamento das políticas de proteção à saúde da pessoa idosa no Brasil	Romero, Pires, Marques e Muzy (2019)	Rio de Janeiro	Propor indicadores sensíveis às dimensões da saúde contempladas nas políticas em vigor voltadas para esta população idosa	Pesquisa bibliográfica
Implementação da Saúde do idoso na estratégia Saúde da Família: visão dos profissionais e gestores	Damaceno e Chirelli (2019)	São Paulo	Analisar a implementação e o processo de trabalho nos cuidados ao idoso pelas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) em município brasileiro	Pesquisa de campo
Metodologia integrada de acompanhamento de políticas públicas e situação de saúde: o SISAP-Idoso	Romero, Castanheira, Marques, Muzy, Sabbadini e Silva (2016)	Rio de Janeiro	Apresentar a estratégia de construção do SISAP-Idoso	Pesquisa bibliográfica
Política nacional de saúde da pessoa idosa: integralidade e fragilidade em biopolíticas do envelhecimento	Duarte e Moreira (2016)	Porto Alegre	Problematizar a velhice e a construção da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. -Problematizar a construção que a PNSPI e seus atravessamentos produzem	Pesquisa bibliográfica

**Quadro 1** - Descrição dos artigos em sequência temática: violência, saúde, educação e assistência social/participação social. (Continuação).

Título	Autor e data	Cidade	Objetivo	Método
Intersetorialidade na política de saúde do idoso	Grossi e Guilamelon (2006)	Porto Alegre	Apresentar uma discussão referente à conceituação e à construção da intersetorialidade da saúde do idoso nos aspectos conceituais, legais e no enfrentamento de problemas concretos.	Pesquisa bibliográfica
Violência e direito ao cuidado nas políticas públicas sobre instituições de longa permanência para idosos	Poltronieri, Souza e Ribeiro (2019a)	Rio de Janeiro	Estudar a inserção do tema da violência nas políticas brasileiras e do Rio de Janeiro que abordam as Instituições de Longa Permanência para Idosos	Análise documental



Análise do tema violência nas políticas de cuidado de longa duração ao idoso	Poltronieri, Souza e Ribeiro (2019b)	Rio de Janeiro	Analisar a literatura nacional e internacional acerca da temática violência nas políticas públicas de atenção ao idoso, principalmente aquelas direcionadas às Instituições de Longa Permanência para Idosos	Revisão integrativa da literatura
Análise sobre as políticas públicas de enfrentamento a violência contra o idoso	Moreira, Damasceno, Vieira, Campêlo, Campêlo e Alencar (2016)	Recife	Refletir sobre as políticas públicas de enfrentamento a violência contra o idoso no Brasil	Pesquisa bibliográfica
Inserção do tema violência contra a pessoa idosa nas políticas públicas de atenção à saúde no Brasil	Souza e Minayo (2010)	Rio de Janeiro	Abordar a inserção do tema da violência nas políticas públicas brasileiras de atenção à saúde da pessoa idosa	Pesquisa bibliográfica
O idoso na universidade: inclusão, educação e extensão universitária	Oliveira, Scortegagna e Silva (2016)	Ponta Grossa	Refletir sobre a função extensionista da universidade e as Universidades Abertas para a Terceira Idade como ação para a inclusão e o empoderamento do idoso	Pesquisa bibliográfica e de campo, com a aplicação de questionários para idosos
Os idosos na EJA: uma política de educação inclusiva	Serra e Furtado (2016)	Ponta Grossa	Desvelar a importância e visibilidade do sujeito idoso na educação de jovens e adultos - EJA	Pesquisa bibliográfica

**Quadro 1.** Descrição dos artigos em sequência temática: violência, saúde, educação e assistência social/participação social. (Continuação).

Título	Autor e data	Cidade	Objetivo	Método
A pesquisa sobre o idoso no Brasil: diferentes abordagens sobre educação nas teses e dissertações (de 2000 a 2009)	Oliveira (2013)	Maringá	Refletir sobre as políticas públicas e a educação para o idoso e apresentar um levantamento das temáticas abordadas nas teses e dissertações sobre educação do idoso, realizadas entre 2000 e 2009, nos Cursos reconhecidos e recomendados pela Capes, traçando assim o estado do conhecimento dessa temática	Revisão sistemática
Políticas públicas para a educação gerontológica na perspectiva da inserção social do idoso: desafios e possibilidades	Alves e Vianna (2010)	Rio de Janeiro	Investigar a percepção de cinquenta e oito alunos de escolas do Ensino Fundamental e Médio e cinquenta e quatro idosos da comunidade do Distrito Federal (DF) a respeito do envelhecimento	Pesquisa quase experimental

Desafios e potencialidades para a gestão local na implementação de políticas públicas para envelhecimento: o exemplo da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa	Mota Campos, Aguiar, Ribeiro, Martins e Gomide Souza Pinto (2020)	Viçosa	Identificar os desafios e as potencialidades da implementação da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI) em cinco municípios brasileiros.	Pesquisa bibliográfica
Governança, intersetorialidade e participação social na política pública: o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa	Souza e Machado (2018)	Rio de Janeiro	Analisar a atuação do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Idosa - CNDI de 2002 a 2016, como um espaço inovador de governança em uma política pública, que busca articular setores de governo e sociedade civil na garantia dos direitos dos idosos	Pesquisa bibliográfica
Proteção social aos idosos: concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil	Silva e Yazbek (2014)	Florianópolis	Percorrer o processo de constituição e concretização do sistema de proteção social na América latina e nele localizar as medidas específicas de proteção social, adotadas pelo governo brasileiro, no atendimento das demandas da população idosa.	Pesquisa bibliográfica
A intersetorialidade nas políticas públicas para o envelhecimento no Brasil	Oliveira, Ramos, Panhoca e Alves (2014)	São Paulo	Demonstrar a necessidade de políticas intersetoriais no que concernem as políticas para a população idosa no Brasil	Pesquisa bibliográfica

**Quadro 1.** Descrição dos artigos em sequência temática: violência, saúde, educação e assistência social/participação social. (Continuação)

Título	Autor e data	Cidade	Objetivo	Método
Principais políticas sociais, nacionais e internacionais, de direito do idoso	Silva, Gomes, Freitas, França e Oliveira (2013)	Porto Alegre	Realizar uma exposição das principais políticas sociais de direito do idoso no Brasil, através de uma revisão narrativa na qual há uma análise histórica e social inserida em um contexto mundial	Pesquisa bibliográfica
Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil: uma revisão integrativa	Andrade et al. (2013)	Jequié	Analisar o que versam as produções científicas e os documentos oficiais sobre as políticas públicas para as pessoas idosas no Brasil.	Revisão integrativa
Direito Fundamental ao Envelhecimento Inclusivo	Rojas e Ekman (2011)	Rio de Janeiro	Analisar se os moldes propostos pelo novo capitalismo, a partir de um modelo de Estado de Bem-Estar Social e defensor da democracia, realmente se apresenta como um modelo	Pesquisa bibliográfica

			sustentável para a população idosa, ou mesmo para aqueles que já não integram a PEA – População Economicamente Ativa na sociedade	
A velhice no Estatuto do Idoso	Justo e Rozendo (2010)	Rio de Janeiro	Identificar no estatuto do idoso imagens e sentidos básicos atribuídos à velhice, com os quais se constrói a figura do idoso, como uma figura diferenciada, e se definem práticas, especialidades, espaços próprios, e tecnologias de gestão do envelhecimento.	Pesquisa bibliográfica

Fonte: os autores (2020).

**Quadro 2** - Documentos legais mencionados nos 21 artigos, categorizados por áreas de estudo.

Documentos mais mencionados nas quatro áreas
Constituição Federal (1988)
Política Nacional do Idoso (1994)
Estatuto do Idoso (2003)
Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006)
I Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento (ONU 1982)
II Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (ONU 2002)
Pacto pela Saúde (2006)

**Quadro 2.** Documentos legais mencionados nos 21 artigos, categorizados por áreas de estudo (Continuação)

Documentos dos artigos de Saúde	Documentos dos artigos de violência
Portaria nº 73 (2009)	Portaria nº. 73 (2009)
Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência	Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência
Política Nacional de Redução de Acidentes e Violências (PNRMAV)	Política Nacional de Redução de Acidentes e Violências (PNRMAV)
Política Nacional sobre Instituições de Longa Permanência para idosos	Política Nacional sobre Instituições de Longa Permanência para idosos
Plano de Ação para Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (PAEVPI)	Plano de Ação para Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (PAEVPI)
Política Nacional de Atenção a Pessoa Idosa (2006)	Política Nacional de Atenção a Pessoa Idosa (2006)
Política Nacional de Atenção às Urgências (2006)	Política Nacional de Atenção às Urgências (2006)
Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência (2001)	Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência (2001)
Resolução nº 109 (2009)	Resolução nº 109 (2009)
Política de Promoção da Saúde	Política de Promoção da Saúde
Documentos dos artigos de Educação	Documentos dos artigos de Assistência/Participação Social

Declaração dos Direitos Humanos (1948) Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (PARECER CEB 11/2000) Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos (1997) Plano Nacional de Educação (2000) Plano Nacional de Educação (decênio 2011/2020) Documento Marco de Ação de Belém (2009) Políticas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil Plano de Alfabetização Educadora de Jovens, Adultos e Idosos do Maranhão (PAEMA), Documento Base Nacional Preparatório (VI CONFINTEA) Lei 8.842/94 (BRASIL, 1994) Política Nacional da Extensão e Plano Nacional da Extensão Universitária. Diretrizes Curriculares da EJA (Educação de Jovens e Adultos) Política Nacional de Extensão (1999) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96)	Lei Eloy Chaves - Decreto Lei n.º 4.682 (1923) Política Nacional de Assistência Social (PNAS) Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI) Programa Minha Casa, Minha Vida (2009) Pastoral da Pessoa Idosa (CNDI) Sistema Único de Assistência Social (SUAS) Plano de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa Lei Orgânica de Saúde (1990) Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Declaração de Brasília sobre o Envelhecimento (2007) Declaração da II Conferência Intergovernamental sobre envelhecimento na América Latina e Caribe (2012) Carta de San Jose (2012) Pacto pela Saúde (2006) Política Nacional de Atenção Básica (2006) Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (2009) Plano de ação para saúde das pessoas idosas, incluindo o envelhecimento ativo e saudável (2009) Programa de Assistência aos Portadores da Doença de Alzheimer (2002) Previdência e Assistência Social - Lei n° 6.119 (1974) Programa Nacional dos Direitos Humanos – PNDH-3 Plano de Ação Governamental para Integração da PNI
--	---

Fonte: os autores (2020).

Destacam-se os resultados do estudo avaliando-se as quatro grandes áreas nos artigos analisados e categorizados.

### 3.1. Saúde

Cinco artigos sobre saúde (Romero et al., 2019; Damaceno & Chirelli, 2019; Romero et al., 2018; Duarte & Moreira, 2016; Grossi & Guilamelon, 2006) foram encontrados nessa pesquisa de políticas públicas para idosos. Os trabalhos apresentam metodologias semelhantes, sendo quatro artigos de pesquisa bibliográfica (Romero et al., 2019; Romero et al., 2018; Duarte & Moreira, 2016; Grossi & Guilamelon, 2006) e um artigo de pesquisa de campo (Damaceno & Chirelli, 2019). Dois trabalhos são do estado do Rio de Janeiro (Romero et al., 2019; Romero et al., 2018) um de São Paulo (Damaceno & Chirelli, 2019) e dois de Porto Alegre (Duarte & Moreira, 2016; Grossi & Guilamelon, 2006).

Os estudos apresentam focos diversificados de investigação, variando em: propor indicadores sensíveis a dimensão da saúde, que estão contempladas nas políticas vigentes (Romero et al., 2019); apresentar estratégia de construção do Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso (Romero et al., 2018); problematizar a velhice e a

construção da PNSPI, sua produção e atravessamentos (Mota Campos, et al. 2020); conceituação de intersectorialidade da saúde e o enfrentamento de problemas concretos (Grossi & Guilamelon, 2006) e em uma pesquisa de campo apresenta-se a percepção de equipes da ESF quanto a implementação de políticas públicas relativas aos idosos (Damaceno & Chirelli, 2019). Os estudos se concentram no período de 2006 a 2019.

Somando-se todos os artigos da área da saúde foram enumerados treze documentos legais (quadro 2). Três artigos fazem menção a Constituição Brasileira (Romero et al 2019; Duarte & Moreira, 2016; Grossi & Guilamelon, 2006), dois ao Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento (Romero et al 2019; Duarte & Moreira, 2016), quatro ao Estatuto do Idoso (Romero et al 2019; Romero et al., 2018; Duarte & Moreira, 2016; Grossi & Guilamelon, 2006). Um artigo nem menciona a Constituição Federal e o Estatuto do Idoso, mas menciona apenas as PNSPI e de Educação Permanente em Saúde.

### **3.2. Violência**

Quatro artigos sobre violência (Moreira et al., 2016; Poltronieri et al., 2019a; Poltronieri et al., 2019b; Souza, & Minayo, 2010) foram encontrados nessa pesquisa de políticas públicas para idosos. Os trabalhos apresentam metodologias semelhantes, sendo todos estudos de revisão bibliográfica (revisão integrativa da literatura, análise documental). Três dos estudos são da cidade do Rio de Janeiro (Poltronieri et al., 2019a; Poltronieri et al., 2019b, Souza, & Minayo, 2010) e um de Recife (Moreira et al., 2016).

Dois estudos investigaram a inserção do tema da violência nas políticas públicas brasileiras e/ou municipal da pessoa idosa (Poltronieri et al., 2019a; Souza & Minayo, 2010), sendo um deles especificamente em instituições de longa permanência para idosos (ILPI) (Poltronieri et al., 2019a). Outro estudo com foco em instituições de longa permanência para idosos buscou analisar esta temática na literatura internacional e nacional (Poltronieri et al., 2019b). Um estudo objetivou refletir sobre as políticas públicas de enfrentamento a violência contra pessoas idosas no Brasil (Moreira et al., 2016). Os estudos se concentram no período de 2016 a 2019.

Somando-se todos os artigos da área da violência contra o idoso foram enumerados 17 documentos legais (quadro 2). Quatro estudos (Moreira et al., 2016; Poltronieri et al., 2019a; Poltronieri et al., 2019b; Souza & Minayo, 2010) fazem menção ao Estatuto do Idoso, dois mencionam a Constituição Brasileira (Moreira et al., 2016; Poltronieri et al., 2019a) e dois mencionam Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento (Moreira et al., 2016; Souza

& Minayo, 2010). Pela temática, dois artigos mencionam o Plano de Ação para Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (Poltronieri et al., 2019b; Moreira et al., 2016) e dois a PNSPI (Poltronieri et al., 2019a; Souza & Minayo, 2010), entre outros documentos.

### **3.3. Educação**

Quatro artigos sobre educação (Oliveira, Scortegagna & Silva, 2013; Serra & Furtado, 2016; Oliveira, 2013; Alves & Vianna, 2010) foram encontrados nessa pesquisa de políticas públicas para idosos. Os estudos apresentam metodologias diferentes: pesquisa bibliográfica, revisão sistemática, estudo transversal e quase experimental. Três dos estudos são do estado do Paraná (Oliveira et al., 2013; Serra & Furtado, 2016; Oliveira, 2013) e um do Rio de Janeiro (Alves & Vianna, 2010). Três estudos (Oliveira et al., 2013; Serra & Furtado, 2016; Oliveira, 2013) observaram os efeitos da educação em participantes de programas educativos para idosos e um artigo estuda os trabalhos de educação não formal para idosos (Alves & Vianna, 2010). Os estudos se concentram no período de 2010 a 2016.

Nos quatro estudos foram encontradas as mesmas referências de direitos humanos e direitos das pessoas idosas. Foram eles: o Estatuto do Idoso e a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional. A Constituição Federal foi mencionada em três artigos (Oliveira et al., 2013; Serra & Furtado, 2016; Oliveira, 2013).

Três estudos ressaltam a importância das Universidades Abertas à Terceira Idade – UNATI em políticas públicas para ensino de idosos: no empoderamento e melhoria da qualidade de vida (Oliveira et al., 2013); a importância na geração de identidade e vínculos (Serra & Furtado, 2016); instrumentalizam o idoso com conhecimentos, legitimando o exercício pleno da cidadania (Oliveira, 2013). Por outro lado, um artigo dimensiona a educação para idosos, como reforço da educação gerontológica e da relação intergeracional fora da educação formal, sem mencionar as UNATIs.

Somando-se todos os artigos da área da educação foram enumerados 18 documentos legais (quadro 2). Os quatro artigos (Oliveira et al., 2013; Serra & Furtado, 2016; Oliveira, 2013; Alves & Vianna, 2010) selecionados mencionam o estatuto do idoso e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96). Não foi identificado um documento referente exclusivamente a política nacional de educação para idosos.

### **3.4. Assistência/participação social**

Oito artigos (Andrade et al., 2013; Silva et al., 2013; Mota Campos et al., 2020; Souza & Machado, 2018; Silva & Yazbek, 2014, Oliveira, Ramos, Panhoca & Alves, 2014; Rojas & Ekman, 2011; Justo & Rozendo, 2010) sobre assistência social ou participação social foram encontrados nessa pesquisa de políticas públicas para idosos. Os estudos apresentam metodologias muito similares de pesquisa bibliográfica, incluindo uma única revisão integrativa. Os estudos estão distribuídos nos seguintes estados do Brasil: Rio de Janeiro (Souza & Machado, 2018; Rojas & Ekman, 2011; Justo & Rozendo, 2010), Santa Catarina (Silva & Yazbek, 2014), São Paulo (Oliveira et al., 2014), Minas Gerais (Mota Campos, et al., 2020), Rio Grande do Sul (Silva et al., 2013) e Bahia (Andrade et al., 2013). Os estudos se concentram no período de 2010 a 2020.

A centralização nas políticas públicas é destacada em dois estudos, abordando o tema como o maior adversário na aplicação do Estatuto do Idoso e na implantação de suas políticas sociais (Rojas & Elman, 2011), e combatida com o alinhamento dos programas, serviços e equipamentos sociais no poder público (Justo & Rozendo, 2010). Três estudos (Mota Campos, et al., 2020; Silva et al., 2013; Silva & Yazbek, 2014) argumentam que, a falta de escuta dos idosos e a ausência da intersetorialidade, atrapalham o avanço das políticas públicas para essa população. Dois estudos mencionam o estigma que pesa sobre o aposentado que é a inatividade (Souza & Machado, 2018; Oliveira et al., 2014). Outro estudo combate a gerofobia e defende assegurar a consonância das políticas com a realidade do país (Andrade et al., 2013).

Somando-se todos os artigos da área da assistência/ participação social foram enumerados 27 documentos legais (quadro 2). Três referências de direitos humanos e direitos das pessoas idosas foram encontrados em todos os oito artigos: a Constituição do Brasil, o Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso. Reconhecidamente os Planos de Ação Internacional para o Envelhecimento Viena (1982) e Madrid (2002) são mencionados em quatro artigos e são considerados textos norteadores para a criação do estatuto do idoso e da política nacional do idoso (2004).

O atual trabalho tem como limitação o fato da busca ter sido realizada apenas a partir de 2003 e da publicação do Estatuto do Idoso, descartando as publicações anteriores. Contudo, o estudo destaca quatro áreas que foram direcionadas por planos de ação internacionais para o envelhecimento, no início do sec. XX, e oferece um panorama das

produções científicas dos últimos 18 anos, a partir de uma revisão de literatura categorizada, como o *scoping review*.

#### 4. Considerações Finais

Esta *scoping review* constata discrepâncias entre as metodologias dos estudos sobre políticas públicas para idosos no Brasil. Os estudos se apresentaram mais na ótica dos direitos humanos, do que na visão das políticas públicas aplicadas e mensuradas no Brasil. As prováveis causas devem-se à diversidade de combinações nas argumentações legais utilizadas, interesses diferentes de cada área e nos objetivos heterogêneos encontrados nas publicações analisadas.

Evidenciou-se que o Brasil, atualmente possui relevantes recursos legais para o enfrentamento da violência contra o idoso, garantias da saúde e o direito da assistência social a pessoa idosa. Contudo, no campo da educação, os direitos se apoiam em leis gerais da educação e no estatuto do idoso, sem a observação de direitos legais apoiados em políticas nacionais específicas para a educação da pessoa idosa.

Importante observar que apenas a produção de instrumentos legais não é suficiente para mudar a situação de violência, ou a qualidade da assistência social e de saúde, a que está submetida a população idosa no país, ou garantir que o Estado atue para fazer valer as leis por ele criadas. Ressalta-se a importância da integração das áreas temáticas desses estudos dentro das políticas públicas. O tema da violência e da educação caminham juntas nas reflexões dos artigos apresentados, assim como o direcionamento legal da assistência social e da saúde para a pessoa idosa.

Este estudo, por meio da observação de artigos de quatro áreas diferentes e complementares, visou contribuir para a reflexão integrada entre produção científica e utilização de documentos legais. Observou-se que a estrutura legal que apoia o enfoque dos objetivos nas políticas públicas para a pessoa idosa acaba sendo ampla e, profunda, porém encaminhada por interesses locais e apresenta-se fragmentada temática e politicamente.

O tema intersetorialidade, a integração do idoso na idealização e administração plena das políticas públicas, foi mencionado nas quatro áreas observadas, como uma ação urgente e de enorme impacto nas políticas públicas. Os estudos das políticas públicas, para o cidadão idoso no país, evidenciam um processo de legalização avançado, contudo ainda reflexivo e muito afastado da vida prática da população. Ainda, interferem diretamente no avanço e verificação de resultados das políticas públicas integradas, bem como na conquista da



interdisciplinaridade dos quatro campos desse estudo: saúde, violência, educação e assistência/participação social, idealizada no plano de ação internacional para o envelhecimento da ONU, em Madrid, e na criação do estatuto do idoso, há quase 20 anos.

### **Financiamento**

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

### **Referências**

Alves, V. P., & Vianna, L. (Julho-Setembro de 2010). Políticas públicas para a educação gerontológica na perspectiva da inserção social do idoso desafios e possibilidades. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 18(68), 48-510. Fonte: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399537968005>

Andrade, L. M., Sena, E. L., Pinheiro, I. M., Meira, E. C., & Lira, L. S. (2013). Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(12), 3543-3552. doi:<https://doi.org/10.1590/S1413-81232013001200011>

Aromataris, E., & Munn, Z. (2020). *JBI Reviewer's Manual*. JBI. Joanna Briggs Institute. doi:<https://doi.org/10.46658/JBIRM-19-01>

BRASIL. (26 de Abril de 2018). *Agência IBGE Notícias*. Fonte: Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>

BRASIL, M. d. (2013). *Estatuto do Idoso* (3ª ed.). Brasília: Ministério da Saúde.

Camarano, A. M., & Pasinato, M. (2004). Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60? Em A. M. Camarano, *Capítulo 8: O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas*. Rio de Janeiro: IPEA.

Damaceno, M. J., & Chirelli, M. (2019). Implementação da Saúde do Idoso na Estratégia Saúde da Família visão dos profissionais e gestores. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(5), 1637-1646. doi:<https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018245.04342019>

Duarte, C. A., & Moreira, L. (2016). Política nacional de saúde da pessoa idosa integralidade e fragilidade em biopolíticas do envelhecimento. *Estud. interdiscipl. envelhec.*, 21(1), 149-170. Fonte: <https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/54631>

Grossi, P. K., & Guilamelon, L. F. (Dezembro de 2006). Intersetorialidade na política de saúde do idoso. *Textos & Contextos*, 5(2), 1-9. Fonte: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321527159009>

IBGE, C. d. (2015). *Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira*. IBGE, Rio de Janeiro. Acesso em 20 de 01 de 2020, disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>

Justo, J. S., & Rozendo, A. (maio-agosto de 2010). A velhice no Estatuto do Idoso. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 471-489. Fonte: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a12.pdf>

Moreira, W. C., Damasceno, C. K., Vieira, S. K., Campêlo, T. P., Campêlo, D. S., & Alencar, D. d. (Abril de 2016). Análise sobre as políticas públicas de enfrentamento a violência contra o idoso. *Rev enferm UFPE on line*, 10(4), 1324-31. doi:<https://dx.doi.org/10.5205/reuol.8464-74011-1-SM.1004201621>

Mota Campos, M., Aguiar, C., Ribeiro, A., Martins, S., & Gomide Souza Pinto, T. (2020). Desafios e potencialidades para a gestão local na implementação de políticas públicas para envelhecimento: o exemplo da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa. *GIGAPP*, 163(7), 429 – 446. Fonte: <http://www.gigapp.org/ewp/index.php/GIGAPP-EWP/article/download/195/210>

Oliveira, A. D., Ramos, O., Panhoca, I., & Alves, V. (Junho de 2014). A intersetorialidade nas políticas públicas para o envelhecimento no Brasil. *Revista Kairós Gerontologia*, 17(2), 91-103. doi:<https://doi.org/10.23925/2176-901X.2014v17i2p91-103>

Oliveira, R. (Janeiro-Junho de 2013). A pesquisa sobre o idoso no Brasil diferentes abordagens sobre educação nas teses e dissertações (de 2000 a 2009). *Acta Scientiarum*, 35(1), 79-87. doi:<https://dx.doi.org/10.4025/actascieduc.v35i1.18288>

Oliveira, R., Scortegagna, P., & Silva, F. (Novembro de 2016). O idoso na universidade inclusão, educação e extensão universitária. *Olhar de Professor*, 19(2). Fonte: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68459741002>

OMS. (2015). *Resumo: Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde*. OMS. Fonte: [https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/186468/WHO\\_FWC\\_ALC\\_15.01\\_por.pdf?sequence=6](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/186468/WHO_FWC_ALC_15.01_por.pdf?sequence=6)

ONU. (1982). *Vienna International Plan of Action on Ageing*. United Nations. New York: United Nations Publication. Acesso em 17 de 06 de 2020, disponível em <https://www.un.org/esa/socdev/ageing/documents/Resources/VIPEE-English.pdf>

ONU. (2002). *Madrid International Plan of Action on Ageing (MIPAA). Second World Assembly on Ageing 2002*. New York: United Nations Publication. Acesso em 17 de Junho de 2020, disponível em <https://www.un.org/esa/socdev/documents/ageing/MIPAA/political-declaration-en.pdf>

Poltronieri, B. C., Souza, E., & Ribeiro, A. (2019). Análise do tema violência nas políticas de cuidado de longa vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(8), 2859-2869. doi:<https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018248.25192017>

Poltronieri, B. C., Souza, E., & Ribeiro, A. (Agosto de 2019). Violência e direito ao cuidado nas políticas públicas sobre instituições de longa permanência para idosos. *Interface*. doi:<https://doi.org/10.1590/Interface.180124>

Rojas, V. F., & Ekman, N. (2011). Direito Fundamental ao Envelhecimento Inclusivo. *Direito e Práxis*, 2(1), 143-158. doi:<https://dx.doi.org/10.12957/dep.2011.1493>

Romero, D. E., Castanheira, D., Marques, A. P., Muzy, J., Sabbadini, L., & Silva, R. S. (2018). Metodologia integrada de acompanhamento de políticas públicas e situação de saúde

o SISAP-Idoso. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(8), 2641-2650.  
doi:<https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018238.10302016>

Romero, D. E., Pires, D., Marques, A., & Muzy, J. (Janeiro-Março de 2019). Diretrizes e indicadores de acompanhamento das políticas de proteção à saúde da pessoa idosa no Brasil. *Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde*, 13(1), 134-157.  
doi:<http://dx.doi.org/10.29397/reciis.v13i1.1569>

Serra, D. C., & Furtado, E. (Agosto de 2016). Os idosos na EJA uma política de educação inclusiva. *Olhar de Professor*, 19(2). Fonte:  
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68459741003>

Silva, C., Gomes, L., Freitas, C., França, I., & Oliveira, R. (2013). Principais políticas sociais, nacionais e internacionais, de direito do idoso. *Estud. interdiscipl. envelhec.*, , 18(2), 257-274.

Silva, M., & Yazbek, M. C. (Janeiro-Junho de 2014). Proteção social aos idosos concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil. *Revista Katálysis*, 17(1), 102-110. Fonte: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179631065011>

Souza, E. R., & Minayo, M. (Setembro de 2010). Inserção do tema violência contra a pessoa idosa nas políticas públicas de atenção à saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(6), 2659-2668. doi:<https://doi.org/10.1590/S1413-81232010000600002>

Souza, M. S., & Machado, C. (Novembro de 2018). Governança, intersetorialidade e participação social na política pública o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. *Ciência & Saúde Coletiva*,, 23(10), 3189-3200. doi:<https://dx.doi.org/10.1590/1413-812320182310.14112018>

WHO, W. H. (2005). *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. (S. Gontijo, Trad.) Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde. Acesso em 17 de Junho de 2020, disponível em [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento\\_ativo.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf)

**Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Gislaine Cristina Vagetti – 16,66%

Crismarie Casper Hackenberg– 16,67%

Gerson Flores Gomes– 16,67%

Mariana Lacerda Aruda– 16,67%

Sheila Maria Ogasavara Beggiato– 16,67%

Valdomiro de oliveira– 16,66%